

## O TRABALHO DAS MULHERES NOS ESPAÇOS RURAIS: ALGUMAS REFLEXÕES<sup>1</sup>

Vilênia V. P. Aguiar

### RESUMO

Nesse artigo me proponho a refletir sobre o trabalho que as mulheres realizam em contextos rurais, a partir do diálogo com estudiosos do campesinato, sobretudo aqueles que fazem interface com as temáticas de gênero e trabalho. Parto do questionamento acerca da dicotomia trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, originária no âmbito da produção do conhecimento social e não do cotidiano da vida dessas mulheres, que exercem o seu trabalho em regime de economia familiar. Nesse sentido, argumento sobre a impossibilidade de analisá-lo, em toda a sua dimensão, sem que se considere a família ou o grupo social no qual essas mulheres estão inseridas ou mesmo as estratégias familiares adotadas. A partir do diálogo com outras categorias como gênero e experiência, incorporadas a uma perspectiva feminista, busco então apontar alguns aspectos que julgo pertinentes para a construção de uma perspectiva analítica consistente. Por fim, considero a possibilidade de diálogos entre os movimentos sociais de mulheres rurais e as teorias feministas, produzidas no Sul global, de modo a favorecer a construção de novas unidades de análise que rompam com as dicotomias e propiciem a construção de novas teorias críticas. Palavras Chave: Gênero; Trabalho; Teorias Feministas; Espaços Rurais.

## SOME REFLECTIONS ON THE WOMEN'S WORK IN THE COUNTRYSIDE SPACES

### ABSTRACT

In this article I propose to reflect on the work that women carry out in rural contexts, starting with the dialogue with peasantry scholars, especially those who make the interface with the themes of gender and work. I start with the questioning about the dichotomy productive work and reproductive work, originating in the scope of the production of social knowledge and not from the daily life of those women, who work in a family economy. In this sense, I argue about the impossibility of analysing it in all its dimensions, without considering the family or social group in which those women are inserted or even the family strategies they have adopted. From the dialogue with other categories such as gender and experience, incorporated into a feminist perspective, I then try to point out some aspects that I consider relevant to build a consistent analytical perspective. Finally, I consider the possibility of dialogues between the social movements of rural women and the feminist theories, produced in the global South in order to favour the construction of new units of analysis that break with the dichotomies and propitiate the construction of new critical theories.

Keywords: Gender; Work; Feminist Theories; Countryside Spaces.

<sup>1</sup> Este trabalho é resultado da comunicação oral na mesa redonda: "O trabalho no espaço rural: gênero, geração e mobilidade espacial", durante a VII Encontro da Rede Rural, realizado em Natal-Rio Grande do Norte em 2016.

Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutoranda na Universidade Federal de Santa Catarina, vinculada ao Núcleo de Estudos Sobre Agricultura Familiar (NAF). E-mail: vileniap@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Tendo me dedicado, nos últimos anos, a refletir sobre temáticas que envolvem as mulheres nos espaços rurais, a partir de uma perspectiva de gênero e mais direcionada a sua construção como sujeito político, me senti desafiada a pensar e refletir sobre um aspecto importante, e ao meu ver, carente de um esforço teórico analítico mais consistente, que é o trabalho atribuído e exercido pelas mulheres nos espaços rurais, diretamente relacionado e necessário para compreender a condição econômica desigual das mulheres envolvidas na agricultura. É um tema desafiante pelo menos por dois aspectos: primeiro, porque ao meu ver, a sociologia rural não tem conseguido construir um arcabouço teórico sólido que permita avançar na análise da compreensão do significado do “trabalho feminino” no campo. Os trabalhos aí desenvolvidos e mais alinhados à sociologia do trabalho tendem a priorizar os estudos centrados no trabalho assalariado, algo importante, principalmente, pelo fato das mulheres serem cada vez mais excluídas desse tipo de trabalho. Por outro lado, quando a ênfase recai sobre o trabalho familiar, o foco tende a ser direcionado aos papéis desempenhados pelas mulheres, a partir de esquemas culturais que ao justificar a “lógica camponesa” os torna quase que atemporais. Via de regra esses trabalhos procuram ressaltar o não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho feminino e a sua condição subordinada no interior da família camponesa, seguidamente se caracterizando por trabalhos bastante descritivos, mas pouco analíticos. A minha intenção é problematizar e refletir sobre temas que me parecem não resolvidos no debate sobre gênero e a questão rural, com a intenção de que possamos avançar na construção de uma sociologia crítica, contando para tal com algumas contribuições da teoria feminista.

### 1. TRABALHO PRODUTIVO E REPRODUTIVO: UMA AMBIGUIDADE?

Parece-me que persiste a dificuldade de superar o que José de Souza Martins atribui como sendo a ambiguidade de origem da sociologia. Para este autor, essa imprecisão desdobra-se em dicotomias, “de tal modo que em cada termo não haja ambiguidade e que na interpretação da vida social o mundo é que apareça ambíguo” (Martins, 1981, p. 23.). Tal ambiguidade resultaria da convergência de duas óticas antagônicas: a de procedência pré-capitalista (comunidade/solidariedade) e a de procedência capitalista (cientificismo coisificador), de modo que “a perspectiva pré-capitalista é incorporada e redefinida como um instrumento de reprodução institucional da sociedade capitalista” (Martins, 1981, p. 22). Assim, as dicotomias seriam desdobramentos da mencionada ambiguidade, que se expressa em pares de ideias-elementos opostas, correspondentes à antítese conservadorismo/racionalismo, a saber: comunidade/sociedade; autoridade/poder; status/classe; sagrado/profano; e alienação/progresso.

Isso ocorre, ainda segundo Martins (1981) pelo fato da Sociologia ter surgido de uma reação conservadora ao racionalismo oitocentista e não de sua evolução, propondo-se a explicar a sociedade capitalista com noções surgidas de ideias ligadas à ordem feudal (uma ordem conservadora) mas modificando-as em seu sentido original (dando-lhe um sentido racional). Um exemplo é a ideia de solidariedade de Durkheim, que está na raiz da ideia de comunidade (um noção pré-capitalista) e a sua utilização como fato social, como coisa (uma noção essencialmente capitalista). Essa ambiguidade instaurada acaba por se refletir na Sociologia rural, que para compreender o campo, simplifica-o a ponto de torná-lo irreconhecível. Ou seja, é uma ambiguidade que tende a se resolver, na prática, procurando transformar o rural que existe a partir do seu oposto: o urbano.

Daí a sociologia rural, desde os seus primórdios é uma sociologia do urbano sobre o rural, sendo este refletido a partir do urbano existente, e o campo conceitualizado em oposição à cidade. Sendo o urbano-industrial uma meta a ser alcançada, ele deu o sentido a direção da evolução do rural. E mais, a produção e o mercado passaram a pautar o pensamento moderno.

Pollany (2000) no livro “A grande transformação: as origens de nossa época”, faz uma análise, rigorosa e criativa sobre a formação da economia capitalista de mercado, procurando deslindar os processos através dos quais o mercado apartou-se das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, “auto-regulável” com pretensões de submeter o resto da sociedade através da transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria. Ou seja, processo que tentou submeter a sociedade ao mercado, processo no qual os princípios da antiga ordem social foram substituídos pelo princípio da permuta ou troca, cujo padrão implícito era o padrão de mercado. Com isso o único esforço físico ou mental que passou a merecer o nome de trabalho produtivo e a ser remunerado foi o empregado nas atividades consideradas econômicas (Paulilo, 2004). Daí a separação entre trabalho produtivo e não produtivo.

Contudo, essa separação não é facilmente visualizada quando se trata da unidade familiar de produção, pois no campesinato não há separação entre unidade familiar e de produção. É essa reflexão que Maria Ignéz Paulilo faz no artigo intitulado “Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise” (2004). Para exemplificar a sua afirmação Paulilo (2004) cita o exemplo do queijo. Quando a mulher o produz, diz ela, pode fazê-lo para comer ou vender. Poderíamos citar os quintais produtivos, que são espaços que se estendem desde a casa, e que são aproveitados pelas mulheres, ora para cultivar alimentos consumidos pela família (frutíferas e hortaliças), ora espécies fitoterápicas (plantas medicinais), utilizadas como remédios caseiros, além de espécies ornamentais, e em alguns casos, a madeira. O quintal também serve como lugar de criação de pequenos animais, como galinhas e porcos, cujos produtos deles oriundos, como ovos e carne, contribuem para enriquecer a alimentação da família.

Ocorre que, como salienta Maria Ignéz Paulilo no referido texto, “o conceito de ‘trabalho produtivo’ foi cunhado para situações em que se dá a extração da mais-valia, ou seja, quando o trabalho excedente é apropriado pelo dono dos meios de produção, ou seja, o capitalista” (Paulilo, 2004, p. 245). Daí que todo o trabalho desenvolvido na esfera doméstica é considerado não-trabalho (ou trabalho improdutivo). Contudo, essa é mais uma dicotomia originária no âmbito do conhecimento, que não se revela no cotidiano da vida social das mulheres do campo. Elas exprimem essa inseparabilidade entre trabalho produtivo e reprodutivo através das suas canções, uma das formas discursivas das quais se utilizam para se expressar nos movimentos sociais dos quais participam. Vejamos!

### Xote das Quebradeiras de Coco

Ei! Não derruba esta palmeira / Ei! não devora os palmeirais.  
 Tu já sabes que não pode derrubar / Precisamos preservar as riquezas naturais.  
 O coco é para nós grande riqueza / É obra da natureza / Ninguém vai dizer que não.  
 Porque da palha só se faz casa pra morar / Já é meio de ajudar a maior população.  
 Se faz óleo pra temperar comida / É um dos meios de vida pros fracos de condição.  
 Reconhecemos o valor que o coco tem / A casca serve também pra fazer o carvão.  
 Com o óleo de coco as mulheres caprichosas / Fazem comidas gostosas de uma boa estimação.  
 Merece tanto seu valor classificado / Que com o óleo apurado se faz melhor sabão.  
 Palha de coco serve pra fazer chapéu / Da madeira faz papel / Ainda aduba nosso chão.  
 Talo de coco também aproveitado / Faz quibano e cercado para poder plantar feijão.  
 A massa serve para engordar os porcos / Tá pouco o valor do coco / Precisam dar atenção.  
 Pra os pobres este coco é meio de vida / Pisa o coco Margarida e bota o leite no capão

### Sou lavradora, mulher da roça

Levantando cedo, pego minha enxada. Sem café, sem nada vou pra minha roça (bis).  
 Quando é meio-dia, que dá doze horas. Deixe eu ir em casa ver se alguém almoça.  
 Sou lavradora, mulher da roça  
 Vivo cansada, meu Deus, /com as mãos grossas (bis).  
 Planto abóbora, planto melancia  
 Planto abacaxi e também batatinha.  
 Planto feijão, planto mandioca. /Faço tapioca e também farinha.  
 Quando é de noite, que deito na cama. Se alguém me ama, não estou aí.  
 É meia-noite, já deu doze horas/Já é madrugada, /ainda não dormi.  
 Já trabalhei para preto e branco, para rico e pobre, até para vagabundo.  
 Já trabalhei em cima desse chão, para toda a nação e para todo mundo.

As letras dessas canções trazem elementos que perpassam o seu cotidiano, nem as quebra-deiras de coco babaçu, nem as lavradoras, como se auto definem nos versos, separam o trabalho doméstico e o trabalho produtivo. Tudo é trabalho! A dicotomia posta nos termos pelas categorias “trabalho produtivo” e “trabalho improdutivo” simplifica de tal modo o trabalho exercido pelas mulheres nos espaços rurais, até o ponto de torná-lo irreconhecível. E mais, reflete a condição de gênero dessas mulheres, ou seja, atribui a construção de significados culturais para as diferenças de sexos, dando sentido a essas diferenças e, conseqüentemente, posicionando-as dentro de relações hierárquicas e/ou de poder, que atribui valor ao trabalho masculino, enquanto que desprovi dele o trabalho feminino, produzindo uma distribuição desigual de poder e prestígio. Tal condição se expressa em uma divisão sexual do trabalho que se reproduziu na sociedade de forma naturalizada, obedecendo à lógica binária e hierárquica de gênero, profundamente relacionada às representações sociais vinculadas aos homens e as mulheres (Aguiar, 2015).

Marcadamente, no meio rural, essa divisão sexual do trabalho atribuiu à mulher o trabalho reprodutivo, este identificado ao espaço privado. Por não ser expresso em valores monetários, o trabalho reprodutivo é considerado improdutivo e, conseqüentemente, o tempo e a energia que as mulheres nos espaços rurais empregam para sua realização tornam-se invisíveis, esquecidos e desvalorizados pela sociedade. Embora as mulheres participem ativamente do trabalho na agricultura, propriamente dito, ele é um trabalho atribuído aos homens, que, por ser expresso em valores monetários, é considerado produtivo. O trabalho que as mulheres realizam no chamado “espaço produtivo” é, no máximo, admitido como uma mera ajuda ou complemento ao trabalho masculino, e é comum elas serem consideradas “ajudantes” dos maridos ou “esposas” de agricultores (Paulilo, 1982). Por isso se diz que o seu trabalho é invisibilizado (Aguiar, 2015).

Tal situação contribuiu fortemente para reforçar o processo de não identificação da mulher rural como “trabalhadora” e o seu não reconhecimento social, excluindo-a de qualquer direito previdenciário e mesmo da filiação sindical (Pimenta, 2012; Bordalo, 2011), impulsionando-lhes a organização para serem reconhecidas como “trabalhadoras”. Por isso, ainda na década de 80, lutar para se associarem ao sindicato, era também “questionar o processo de reprodução da invisibilidade do trabalho, [...]” (Bordalo, 2011, p. 46) “[...] reforçando sua identidade como ‘trabalhadora rural’” (Bordalo, 2011, p. 54). Ademais, evidenciava a condição particular e as características do trabalho por elas realizado no meio rural (Aguiar, 2015).

A ênfase dada a dimensão econômica é tão forte que muitos estudos rurais (particularmente entre as feministas) tem procurado mostrar a importância do “trabalho produtivo” das mulheres para a economia familiar no âmbito do campesinato ou da agricultura familiar, e mais, a ‘autonomia econômica’ aparece como fator fundamental para modificar a relação de subordinação social a que estão sujeitas as mulheres, uma vez que ao auferir alguma renda ao

seu próprio trabalho, aumentaria o seu poder de decisão e de gestão no interior da família. Esse aspecto está sempre presente nas reivindicações feministas como um dos campos de luta por meio da qual podem ser transformadas as relações desiguais de gênero. Nesse sentido, muitos trabalhos que buscam abordar, por exemplo, iniciativas produtivas de mulheres no meio rural, por vezes as apresentam como sendo quase exclusivamente a única perspectiva de reconhecimento do papel destas mulheres, evidenciando sobretudo o aspecto mercantil das relações econômicas nas organizações produtivas (Herrera; Biroche, 2014). Estabelece-se, assim, como forma de emancipação feminina, a dimensão econômica.

Por outro lado, há também uma tendência em valorizar o trabalho realizado pelas mulheres do campo, sem o qual não se produziria alimento e através do qual se garante a subsistência da família, preservando a vida, as espécies e a natureza, isso sobretudo nos estudos que envolvem a agroecologia, a preservação da biodiversidade, diversificação da produção. As mulheres seriam assim parte fundamental no desenvolvimento das “atividades produtivas” e o seu trabalho relevante para a reprodução da família. Essa perspectiva, muitas vezes, beira uma espécie de essencialismo.

Em ambas as perspectivas, as mulheres rurais são reconhecidas a partir de sua condição de trabalhadoras, mormente, no âmbito da produção agropecuária e extrativista, de pequena escala, mas tomadas como pertencentes a um rural fortemente marcado pela dimensão do trabalho agrícola. Dependendo da perspectiva de análise adotada ora se ressalta o aspecto “produtivo” desse trabalho, ora o aspecto “reprodutivo”

É certo que considerar a dimensão econômica do trabalho realizado pelas mulheres em regime de economia familiar é fundamental para a conquista da sua autonomia. Contudo, o trabalho da mulher por ser familiar, implica a consideração de outras dimensões do trabalho, vinculado também a esfera reprodutiva, fonte de criação de valor e de exploração, que fundamenta e dá sustentação ao trabalho familiar na agricultura.

O dualismo trabalho produtivo x trabalho reprodutivo se desdobram em outros. Paulilo (1987) ao estudar mulheres rurais em cinco regiões diferentes do Brasil e em épocas diferentes, percebeu que havia uma distinção entre trabalho ‘pesado’ – aquele realizado pelos homens e trabalho ‘leve’ – aquele realizado pelas mulheres. Uma mesma atividade poderia ser leve ou pesada de acordo com o sexo de quem a executava, não se devendo tais adjetivações ao esforço despendido, de tal modo que por mais exaustivo, desgastante ou prejudicial a saúde que fosse o trabalho, ele é considerado leve se for realizado pelas mulheres (Paulilo, 1987). Outro dualismo se reproduz ao considerar trabalho produtivo x trabalho doméstico. O trabalho agrícola desenvolvido pelas mulheres, quando lida nos quintais, na horta, por exemplo, é considerado doméstico; quando lida na roça, com o marido, o “trabalho produtivo” é qualificado como ajuda (Paulilo, 2004)

Maria Ignez Paulilo chama a atenção, ainda, para o fato de que embora exista no Brasil a agricultura familiar, enquanto um empreendimento econômico, não existe a categoria profissional trabalhador(a) familiar, destacando que, nas estatísticas, com exceção do homem - considerado como responsável pela exploração, a esposa e os filhos aparecem como ‘membros não remunerados da família’, embora o pai também não seja remunerado, e complementa: “talvez seja um reconhecimento implícito de que ele é quem tem maior poder sobre a renda familiar” (Paulilo, 2004, p. 245). Ou talvez esteja implícito o assentimento de referenciais culturais, legitimadores da ingerência paterna na definição dos processos decisórios no interior da família, fundamentado na aceitação quase incontestada de padrões culturais que influenciam a reprodução social de categorias nucleantes que dão sustentação ao modo de vida camponês (terra, trabalho e família) e que delimitam os diferentes papéis entre os membros do grupo doméstico, subordinando as aspirações pessoais das mulheres (e jovens) aos interesses coletivos (Stropasolas, 2004).

Essas reflexões me levam a uma outra questão: é possível analisar o trabalho da mulher rural em regime de economia familiar sem considerar a família ou o grupo doméstico no qual ela está inserida, ou as estratégias familiares adotadas?

## 2. SOBRE AS ESTRATÉGIAS FAMILIARES...

Mauro Almeida (1986) num artigo intitulado “Redescobrimo a família rural”<sup>2</sup> traz alguns aportes interessantes. Segundo ele, nos estudos sobre famílias camponesas, possível é identificar dois focos analíticos que correspondem a questões econômicas e a questões extra-econômicas. O foco na primeira perspectiva é a lógica econômica da família, em que famílias são preservadas via trabalho e consumo. Trabalhos centrados nesse foco (questões econômicas) estão preocupados, a partir da ideia de *um modo de produção camponês*, com a natureza da família, enquanto esqueleto externo desse modo. Esses estudos analisam como a unidade familiar se reproduz no ciclo anual, combinando trabalho, recursos naturais e conhecimento tradicional para atender ao consumo familiar e para repor os insumos necessários ao reinício do processo. O foco da segunda perspectiva se centra na lógica de parentesco que perpetua famílias via nascimento, casamento, morte e herança. Trabalhos centrados nesse foco (questões extra-econômicas) tratam de como a unidade familiar, (ou um conjunto delas) se reproduz no ciclo geracional, ou seja, como famílias se perpetuam. Em ambas as perspectivas aparece a ideia de reprodução da família para si (no curto e no longo ciclo) articulada com sua inserção na sociedade capitalista, de acordo com estratégias utilizadas.

Na prática, segundo o autor, as pesquisas de produção agrícola familiar tomam como foco uma *unidade doméstica*: uma casa, um lote de terra e um conjunto de pessoas descritas como uma família. O problema aqui recai sobre a definição de família, que pode significar, numa primeira acepção, pessoas que pertencem a uma unidade doméstica; e numa segunda, como algo intrínseco, referindo-se a um *determinado conjunto de parentes*, que é previamente especificado em sua estrutura interna: tipicamente a família nuclear (um casal e seus filhos, casamento mais filiação numa unidade mínima) e outros tipos. Essa segunda acepção se aproxima de estudos que, representando uma tradição típica nas pesquisas antropológicas, considera as relações de parentesco como premissas morais *a priori* do comportamento social, expressa nos exemplos: “um menino trabalha para o adulto em cuja casa vive porque é seu filho; uma mulher trabalha para o mesmo adulto porque é sua esposa; em vez de contrato de trabalho, há certidão de nascimento e de casamento” (Almeida, 1986, p. 67)

A correlação entre ambas acepções abre várias possibilidades, sendo uma delas a de que a unidade doméstica pertença a uma família (no sentido intrínseco), constituindo um grupo econômico (unidade de consumo, unidade de trabalho). Mas há outros casos, como por exemplo aqueles em que a família (no sentido intrínseco) não se constitui em um grupo econômico (unidade de consumo e unidade de trabalho) ou ao contrário, aquele em que pessoas constituem um grupo econômico, pertencem a mesma unidade doméstica, podendo ou não ser parentes, sem se constituírem, intrinsecamente, como uma família.<sup>3</sup>

O problema posto pela definição de família gera uma ambiguidade na noção de unidade de produção familiar e nas ideias de reprodução<sup>4</sup> diante da qual Almeida (1986) propõe uma

2 Trata-se de um artigo publicado, em 1986, na Revista Brasileira de Ciências Sociais.

3 Almeida (1986) cita como exemplo um grupo de irmãos que reparte uma casa e trabalha em equipe (podendo incluir talvez empregados, que podem ser parentes ou não) ou uma mulher que mora com filhos pequenos na cidade, enquanto o marido e os filhos adultos (mais empregado) moram e trabalham na floresta.

4 Trata-se de uma ambiguidade para o investigador e de uma “flexibilidade estratégica” para os investigados, significando que a unidade de consumo-residência não é idêntica à unidade de casal mais filhos, ainda que ambas sejam recortadas empiricamente.

separação meramente operacional dos termos grupo doméstico e família, definindo-os, separadamente, para fins analíticos. Assim, o grupo doméstico seria composto por pessoas que compartilham uma casa e uma cozinha (uma unidade residencial e de consumo), e às vezes técnica (quando essa unidade residencial e de consumo é também unidade de trabalho), sem pressupor a composição interna dessas unidades. A família, por sua vez, é tomada como algo intrínseco, isto é, um grupo de pessoas que são vinculadas a priori por parentesco, tipicamente formado por uma família nuclear (um casal e seus filhos), e que pode coincidir em parte ou no todo com uma unidade técnica sendo possível haver, além da família nuclear, outros tipos de família definidos intrinsecamente.

Essa distinção analítica torna a correlação entre grupos domésticos (unidades técnicas no meio rural) e famílias nucleares uma questão empírica, e, portanto, passível de explicação. Permite, por exemplo, que a defasagem entre grupo doméstico e família nuclear (como encontrados no contexto amazônico) possa ser explicada por razões de ordem econômica e ecológica, resultando num padrão distinto daquele que toma a identidade entre grupo doméstico e família nuclear como axiomática, predominante nos estudos sobre economia camponesa.

Nesses estudos, a ideia de família como axioma cultural é convertida à ideia de que a família explica o funcionamento da economia do grupo doméstico, que, por sua vez, é identificado a um determinado tipo de família: a conjugal. A análise passa a operar num plano normativo. Nesse modelo axiomático é uma posição na estrutura de família (o pai) que determina e quem dirige a atividade econômica do grupo doméstico (composto por uma família conjugal).

Ora, se no plano empírico, de acordo com Almeida (1986), a literatura tem confirmado a tese de que predomina em unidades domésticas camponesas a família conjugal de tipo neolocal; estudos de caso detalhados têm revelado a existência, estatisticamente despercebida, de tendências localizadas à formação de famílias extensas<sup>5</sup> (tronco ou ramificadas), aquelas encontradas na Amazônia extrativista. Além disso, não têm sido estudados, no meio rural, fenômenos que em meio urbano chamam de famílias matrifocais, quebradas, etc.

O autor destaca que uma contribuição importante dos estudos de família como unidade econômica foi a ênfase na ideia de racionalidade camponesa, cuja formulação em Chayanov é a seguinte: o grupo doméstico utiliza os recursos disponíveis (trabalho, variável, e terra mais insueto) de maneira a otimizar o equilíbrio entre consumo e esforço. Por outro lado, antropólogos “tendem a chamar a atenção para o fato de que, na prática, chefes-de-família seguem em suas ações padrões culturalmente dados para a combinação de trabalho, terra e técnicas. Nessa acepção, a racionalidade camponesa não é individual, mas cristalizada em fórmulas coletivas ou padrões culturais” (Almeida, 1986,74), que podem ser descritos por modelos cognitivos.

Contudo, as estratégias familiares podem entrar em conflito com os modelos cognitivos em escala doméstica, e o caso citado por Almeida (1986) é o da participação de mulheres nas atividades agrícolas. Usando o exemplo dos Mundurucus, ele cita estudos que mostram como a estrutura social desse grupo foi profundamente alterada pela introdução da produção de borracha em troca de artigos manufaturados. Os supostos modelos de divisão sexual do trabalho tradicional (homens = caça, guerra e ritual/mulheres = roçados, farinha e serviços domésticos) transformaram-se, passando a haver maior cooperação de homens e mulheres em tarefas agrícolas e fabrico de farinha; a família conjugal (ou extensa) tornou-se a unidade de produção e consumo. Essas mudanças foram vividas de maneira diferente por homens e mulheres, assim

5 O autor chama a atenção para o fato da existência de unidades técnicas (produção, trabalho e consumo) constituídas por famílias extensas ser resultado de estratégias ligadas a questão fundiárias, como escassez de terra. Por exemplo, uma unidade técnica com a repartição de terra (limitada) entre filhos durante a vida do pai ou depois de sua morte, incorpora famílias extensas ramificadas, que surgem por que a neolocalidade residencial não é acompanhada por neolocalidade de área de cultivo. Ou seja, não há para onde ir. Já as famílias extensas tipo tronco surgem numa unidade técnica como mecanismo de transmissão indivisa da terra

como os afetou diferentemente. Quando perguntadas, as *mulheres* Mundurucu diziam preferir essa nova configuração (“bons tempos”), pois além dos maridos as ajudarem no trabalho cotidiano, os trabalhos deles eram convertidos em bens de consumo doméstico. Os homens, contudo, lamentavam as mudanças (perda do cerimonial, dos mitos e tradições).

Chamando a atenção para o papel ideológico dos modelos cognitivos, Almeida (1986, p. 75) afirma:

Ao classificar o mundo do trabalho, camponeses naturalizam as relações familiares (Garcia Jr., 1983; Heredia, 1979). Esse mapa naturalizado e especializado é, além de instrumento cognitivo, um elemento de poder familiar. O mapa cognitivo cria direitos. Na ideologia camponesa, o trabalho legitima o acesso à terra e ao produto dela derivado. Como indica, por exemplo, Margarida Moura, o fato de ser o homem quem trabalha a terra lhe dá direitos sobre ela, em oposição à mulher que “não trabalha”. Esse direito justifica o controle da terra herdada por lei pela irmã ou esposa, como mostra brilhantemente Moura. Mas *mulheres trabalham* na terra.

E mais:

A contradição é resolvida no plano do modelo cognitivo. Atividades femininas (isto é, trabalho doméstico, de tipo serviços ou outros diretamente produtivos, mais trabalho agrícola) não são definidas como trabalho. Isso não significa que sejam ignoradas: e sim que são contabilizadas automaticamente como atividade masculina.

Essas questões se expressam numa estrutura de direitos sobre pessoas (homens sobre mulheres), cognitivamente formulada como um mapa classificatório. Ao mencionar um diálogo, transcrito por Garcia Jr. como ilustração da aplicação do princípio da solidariedade doméstica, em que uma filha ameaça suspender sua atividade no roçado em represália ao pai que a remunerou inadequadamente, Almeida (1986) chama a atenção para o fato de não serem aludidas situações em que homens cooperam no trabalho doméstico em decorrência do princípio da solidariedade. E conclui: “não se trata de afirmar a inexistência de ações solidárias no interior do grupo doméstico, mas de demarcar essas ações de outras que indicam mais propriamente a hierarquia e os conflitos” (Almeida, 1986, p. 75).

Muitas vezes o princípio da solidariedade doméstica é invocado para explicar as manifestações de desigualdades de gênero e geração existentes no interior da família, na qual se sobressai a autoridade paterna, de modo a mascarar os conflitos, que parecem resolvidos no plano cognitivo. Contudo, para resolvê-los caberia invocar um princípio de hierarquia doméstica (que é, em última instância, uma hierarquia de gênero).

O modelo cognitivo que formula como ideal “uma unidade autárquica, formada por uma família nuclear neolocal, independente, hierarquicamente organizada sob a autoridade paterna e realizando tarefas adequadas a uma visão da natureza e das pessoas cristalizadas num sistema classificatório” (Almeida, 1986, p. 76), tem sido a referência para a maioria dos estudos de gênero nos espaços rurais, que, comumente, tem se restringido a descrições acerca da representação dos papéis de gênero no campesinato ou na agricultura familiar. Ora, quando partimos de um modelo cognitivo informado por um determinado tipo de família e de organização do trabalho, sem considerar as estratégias familiares, corremos o risco de simplificar a análise sobre o trabalho das mulheres, bem como justificá-lo a partir de padrões culturais fixos, que aparecem na forma de oposição do tipo casa/roçado, nos quais significados são atribuídos

a homens e mulheres e ao trabalho por eles realizados, classificando-os e hierarquizando-os segundo princípios de gênero.

A questão que deriva daí é se o trabalho que as mulheres rurais realizam é familiar, dado que no campesinato o processo de trabalho é familiar<sup>6</sup> (e fundado no princípio da hierarquia), como considerá-lo em toda a sua dimensão e a partir de outras categorias como gênero e família?

### 3. TRABALHO, GÊNERO E A PERSPECTIVA FEMINISTA

O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o campesinato e a agricultura familiar, em particular, tem apontado para uma diversidade de situações, estruturadas por uma variedade de estratégias adotadas para a reprodução física e social da família camponesa (no ciclo curto e no ciclo longo), sendo as relações de gênero estruturantes desta variedade de estratégias familiares (Maia, 2000).

A abordagem de gênero se abre à incorporação da percepção das relações entre pessoas do mesmo sexo e de sexos diferentes como constituinte de toda realidade social e cultural, sendo que essas relações apontam para a construção de hierarquias e assimetrias.

Nos estudos de gênero acerca das famílias camponesas parece predominar, na análise da sua reprodução, a lógica econômica a partir da ideia de modo de produção camponês, o qual envolve trabalho e consumo, como mencionado anteriormente. Trata-se de uma economia orientada à reprodução da família camponesa, em que o processo de trabalho é familiar, fundado no princípio da hierarquia.

Essa racionalidade própria da economia camponesa tem como elemento central o processo de trabalho e aponta, de acordo com muitos estudos voltados ao campesinato, para uma oposição/complementaridade entre a unidade de produção (roçado) e a unidade de consumo (casa). Esses espaços culturalmente identificados como masculino ou feminino por excelência, relacionam o que os homens fazem ao espaço da produção e das relações públicas; e o que as mulheres fazem ao espaço da casa, do consumo e dos cuidados (Maia, 2000), a partir de uma construção simbólica relativa à hierarquia familiar, como já mencionando anteriormente.

Contudo, a divisão sexual do trabalho na unidade camponesa não me parece algo simples. A oposição trabalho agrícola (masculino) versus trabalho doméstico (feminino) limita a percepção de tal divisão em toda a sua plasticidade, uma vez que ela se constrói e se reconstrói de acordo com as necessidades do grupo doméstico, de acordo com a presença ou ausência de membros do grupo, sobretudo o pai (Maia, 2000). Esses aspectos por sua vez se encontram relacionados com a forma como a família está inserida na sociedade capitalista e a maneira como responde a pressões macroeconômicas e políticas (Almeida, 1986), o que pode resultar numa divisão sexual de tarefas extremamente variada sob a qual se baseia o trabalho familiar. Do mesmo modo pode ser variada a extensão da separação entre as tarefas consideradas próprias aos homens e ou de mulheres (Durham, 1983, p. 16). Ou seja, a dinâmica social e econômica das famílias camponesas impõe uma frequente redefinição dos papéis a serem cumpridos por homens e mulheres.

Sendo o trabalho uma categoria cultural de múltiplos significados constituinte do universo camponês (Maia, 2000), o seu processo que deve ser pensado e compreendido a partir da sua interdependência com outras categorias, como família e gênero.

<sup>6</sup> Chayanov observa que o conceito de família, sobretudo, no campesinato, poucas vezes, coincide com o conceito biológico; e, em seu conteúdo, interfere uma série de dimensões econômicas e domésticas. Nas análises estatísticas dos *zemstvo* russos, o conceito de família incluía desde aqueles que comem na mesma mesa até aqueles que se alimentam da mesma panela.

A categoria “gênero” foi incorporada pelo feminismo como unidade de análise para repensar a organização da sociedade por meio das relações entre os sexos (Cappellin, 1990) e como uma forma primária de dar significado às relações de poder, portanto, ela não se refere apenas aos papéis atribuídos a homens e mulheres. O risco dessa interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, não deixando meios de ligar esse conceito (nem o indivíduo a que ele se refere) com outros aspectos da organização social de modo a articular a natureza das suas inter-relações (Scott, 1989).

Assim, percebemos que nas famílias onde as filhas encontravam-se envolvidas apenas na “lida da casa” sua participação nos processos decisórios era praticamente nula. Situação um pouco diferente daquela onde elas encontravam-se inseridas, por exemplo, na produção de leite, de hortícolas ou na comercialização em feiras. Estas diferentes situações sugeriam que os sistemas de produção adotados na unidade familiar poderiam favorecer mais ou menos a maior ou menor participação das jovens mulheres nos processos de decisão e provocar alterações na maneira de fazer a gestão da propriedade. Foi possível perceber que os sistemas de produção que combinavam duas, três ou mais explorações (grãos, hortícolas, leite ou suínos, aves e leite p.ex.) tendiam a estimular um processo de gestão menos centralizado e mais participativo, do que aqueles que se baseavam em um único tipo de exploração (grãos, por exemplo). Isso porque unidades produtivas que põem em funcionamento um conjunto de atividades variadas necessitam, geralmente, da contribuição permanente do trabalho de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar precisa do acordo de todos(as) que trabalham na referida unidade, pois a sua força de trabalho é decisiva na execução das atividades.

Os sistemas de produção diversificados, como aqueles baseados na agroecologia, por exemplo, pareciam favorecer o acesso do(a) jovem à renda. Pudemos perceber isso, sobretudo, quando nas atividades desenvolvidas encontravam-se a produção de leite ou de hortifrutigranjeiros para comercialização em feiras. Através dessas atividades era possível a jovem obter uma renda mensal e semanal, respectivamente. Era interessante observar que as atividades ligadas à produção do leite, a horta ou enfim as chamadas “miudezas”, atividades tradicionalmente relacionadas ao trabalho feminino, na medida em que ia crescendo em importância econômica, ia inserindo o trabalho das mulheres no espaço dito “produtivo”. A valorização desses produtos valorizava as atividades a eles relacionadas e, assim, o trabalho das mulheres também tendiam a ser valorizado. Percebemos que isso favorecia o aumento da participação das mulheres nos espaços de decisão na unidade familiar.

Por outro lado, as poucas atividades sobre as quais se sustentavam os sistemas de produção mantidos por métodos próprios ao modelo de agricultura convencional eram executadas quase que exclusivamente pelos homens, como o cultivo de grãos, pecuária de corte, criação de porcos, etc., mantendo as mulheres e as/os jovens afastados das decisões relacionadas à gestão da propriedade e reproduzindo o modelo do gestão no qual, o pai, chefe da família, concentra em suas mãos a renda e o poder. Ou seja, sistemas de produção diversificados, que envolvam a combinação de várias atividades tendem a transformar as relações familiares possibilitando um grau maior de participação e de igualdade de gênero.

Os aspectos relacionados à condição da agricultura incluíam as características da atividade agrícola, as condições em que se desenvolvia a agricultura, os fatores de produção disponíveis, os sistemas de produção adotados e as peculiaridades do trabalho na agricultura.

As características dessas condições, bem como a interferência de processos econômicos e políticos externos poderiam provocar modificações nas relações de gênero, que por sua vez poderia reconfigurar a organização do trabalho na unidade familiar.

Quero dizer com isso que as relações de gênero não estão dadas a priori. Como categoria de análise a perspectiva de gênero deve ser utilizada como uma lente que permite captar os

condicionantes envolvidos no estabelecimento das relações sociais no interior da unidade familiar, seja, os que envolvem questões econômicas, como os que envolve questões extra-econômicas. Do contrário, corremos o risco de operar por dicotomias e assim de reforçar (ao invés de romper) a naturalização das relações familiares, sobretudo as de gênero.

Nessa perspectiva, a abordagem proposta pela economia feminista, ao buscar diluir as fronteiras que organizam o pensamento econômico a partir das relações entre a esfera da produção e da reprodução, pode oferecer um suporte pertinente para problematizar o trabalho realizado pelas mulheres em contextos rurais. Tal abordagem possibilita situar o trabalho das mulheres para além da esfera da reprodução ao considerar que as tarefas por elas realizadas não são apartadas como o são os conceitos que as classificam em trabalho produtivo e reprodutivo.

Ao analisar as conexões entre a agroecologia e o trabalho das mulheres, a partir de uma perspectiva feminista, Maitê Maronhas, Vanessa Schottz e Elisabeth Cardoso (2014) perceberam que os chamados trabalhos domésticos, de cuidados e produtivos eram realizados em espaços e tempos próximos (muitas vezes os mesmos). Ou seja, havia ali, segundo as autoras, uma produção conjunta, uma relação bastante íntima entre trabalhos de natureza diversa, evidenciada, sobretudo, em situações econômicas de crise, em que as restrições ou diminuição dos serviços públicos e os cortes de custo nos setores privados, eram compensados pela intensificação do trabalho das mulheres, em atividades mercantis ou domésticas.

Em um artigo intitulado “La economía feminista: una apuesta por otra economía” Cristina Carrasco (2006) afirma que essa abordagem contribui para a compreensão que para a continuidade e reprodução do sistema socioeconômico são necessárias diversas atividades, chamadas, em geral, trabalhos, sendo que alguns desses trabalhos estão fora dos limites assinalados pela economia neoclássica. Destes o mais relevante por seu conteúdo e tempo implicados é o trabalho doméstico e de cuidados. Considerá-lo e destacar sua relevância social implicam analisar as características do não trabalho remunerado, discutir a sua relação com o trabalho mercantil, desenvolver novos enfoques que consideram ambos os trabalhos e debater metodologias para a valorização da produção doméstica. Nesse sentido, salienta que é necessário desenvolver ferramentas mais adequadas para compreender melhor as atividades que implicam cuidados e afetos, que são realizadas basicamente por mulheres e que, normalmente, tem sido designadas como “não-trabalho” desde a ótica da economia capitalista.

Carrasco (2006) diferencia, ainda a economia feminista da conciliação e a economia feminista da ruptura, situando-as em graus distintos da ruptura que se estabelece com os paradigmas androcêntricos dominantes. A primeira, segundo ela, se mante dentro dos marcos dicotômicos preexistentes reformulando-os, com a intenção de eliminar o viés androcêntrico e compatibilizá-lo com novos conceitos e metodologias. Já a economia feminista da ruptura estabelece uma ruptura total com as estruturas dicotômicas e com a forma de pensamento dualista. Para tal preconiza a necessidade de transcender a dita estrutura como única forma de construir novos paradigmas mais apropriados para a análise socioeconômica que integra as diversas atividades que participam na reprodução e sustentação da vida, o que implica uma relação dinâmica e harmônica entre humanidade e natureza; e entre humanos e humanos.

Apesar das contribuições oriundas das abordagens propostas pela economia feminista (a da conciliação e mesmo a da ruptura) considero que, efetivamente, elas ainda não conseguiram romper, em termos de análise, com a dicotomia posta pela oposição trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. Ademais, predomina o viés urbano, mesmo nas análises que tem como foco o trabalho feminino no campo. E por fim, tais abordagens encontram-se ligadas a uma perspectiva macroeconômica, carecendo de estudos que tornem possível um diálogo mais profícuo com os teóricos da economia camponesa, o que demanda um investimento em pesquisas empíricas.

Em que pese tais considerações, partir dessa perspectiva me parece interessante pelo fato de toda a elaboração da economia feminista ter sido direcionada ao trabalho das mulheres, analisado a partir do conceito de gênero. Esse aspecto tem iluminado os estudos sobre o trabalho das mulheres em contextos rurais. Contudo, para analisá-lo em toda a sua dimensão, buscando desvelar os aspectos inter-relacionados e interdependentes que constituem a teia que as mulheres tecem através do seu trabalho, é preciso levar em conta a experiência dessas mulheres, em situações e contextos específicos, e assim considerar as relações de gênero para além dos papéis que lhes são atribuídos. Ou seja, como essas relações são constituídas no seu cotidiano e a forma como elas as vivenciam, reconhecendo-as como sujeitos (e não vítimas passivas) de sua própria história, com potencialidades e energias criativas.

#### 4. AS MULHERES RURAIS E A EXPERIÊNCIA VIVIDA

Quando utilizamos a categoria “mulheres rurais” estamos assinalando que deve existir algo comum à experiência de uma multiplicidade de mulheres que vivem no meio rural. Como estamos tratando do “trabalho”, utilizamos essa categoria como uma categoria diferenciada, trata-se de “mulheres trabalhadoras”, que podem ser “mulheres rurais”, “mulheres camponesas”, “mulheres da floresta”, “mulheres do campo”, “mulheres indígenas”, “mulheres quilombolas”, “mulheres assentadas”, “mulheres ribeirinhas”, “mulheres quebradeiras de coco”. Quando se fala dessas mulheres como sujeitos, se reconhece que elas têm “trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares”, através das quais se constituem como tal (Brah, (2011 [1996]), p. 131). Nesse sentido, “mulheres rurais” é uma expressão que, se de um lado unifica, também expressa distinções que se referem à diferença de condições sociais.

Uma contribuição importante das teorias feministas descoloniais e decoloniais (latino-americanas) é a forma como elas têm se apropriado analiticamente da noção de experiência, a fim de compreender como as mulheres lidam com o trabalho em termos de experiências vividas, que é o que as constituem como sujeitos – afinal os sujeitos são constituídos pela experiência (Scott, 1999); compreender as múltiplas e heterogêneas formas em que essas mulheres expressam, significam e vivem o trabalho; e a maneira como elas são afetadas por essa experiência é resgatá-las como sujeitos. A experiência é o vivido, são os acontecimentos, as ações e, ao mesmo tempo, o sentido a elas atribuído (Thompson, 1981, p. 16). Como aponta De Lauretis (1984, p. 159),

Devo dizer desde já que, por ‘experiência’, eu não me refiro ao mero registro de dados sensoriais ou a uma relação mental (psicológica) de objetos e eventos, ou ainda à aquisição de habilidades e competências pela acumulação ou exposição repetida. Eu uso o termo não no sentido individualista, idiossincrático, de algo que pertence exclusivamente a si próprio, embora outros possam ter experiências ‘Similares’, e sim no sentido geral, de um processo pelo qual para todos os seres sociais a subjetividade é construída. Mediante esse processo, alguém se coloca a si mesmo, ou é colocado, na realidade social, e assim compreende como subjetivas essas relações – materiais, econômicas e interpessoais – que são, de fato, sociais e, numa perspectiva mais ampla, históricas. O processo é contínuo, a sua realização é interminável e diariamente renovada. Para cada pessoa, portanto, a subjetividade é uma construção permanente, não um ponto fixo de partida ou de chegada a partir do qual, na sequência, interage com o mundo. Pelo contrário, é o efeito dessa interação – a qual eu chamo experiência; e, portanto, não é produzido por ideias externas, valores ou causas materiais, mas por algo pessoal, subjetivo, engajado nas práticas, discursos e instituições que emprestam significação (valor, significado e afeto) para os eventos do mundo [tradução minha].

Essa dimensão da experiência vivida também está presente em Thompson (1987), para quem é pela experiência que os sujeitos se constituem. A noção de experiência como recurso analítico possibilita apreender o sentido que elas dão ao que realizam, ao que fazem. Essa dimensão da experiência vivida também as constitui como trabalhadoras e explorar os sentidos e significados dessa condição para elas implica considerar o caráter dessa experiência vivida: como as mulheres vivem, percebem, significam e são afetadas pelo trabalho que realizam? Explorar esses sentidos do trabalho pelas mulheres implica restituir, na construção do dado, o seu caráter de experiência vivida, o seu fazer em experiência. E esse resgate é feito, por nós pesquisadoras, pelas narrativas, como uma forma de compreender o significado que essas mulheres dão aquilo que fazem.

Privilegiar as vozes das mulheres a partir de diferentes lugares - ainda que se corra o risco, já assinalado por Mintz (1984, p. 55), de deformá-las ou distorcê-las por erros próprios, é quebrar a mudez e dar a conhecer a outras e a outros a sua história, a sua vida, o seu trabalho, as suas ideias e percepções; suas falas, muitas vezes ocultas ou desconsideradas, têm o poder único de dar acesso às suas experiências como sujeitos mulheres trabalhadoras (Thompson, 1992, p. 16). A experiência como categoria, a constituição das mulheres como sujeitos, a utilização de narrativas através das quais se resgatam as diferentes vozes das(os) “subalternas(os)”, tem sido aspectos bastante explorados pelas teorias feministas descolonial/decolonial (latino-americana). Então, para concluir, abordarei um último aspecto: a importância de estabelecer diálogos com as teorias produzidas no sul global, especialmente com aquelas que estão sendo produzidas na América Latina (as chamadas teorias decoloniais).

## 5. TEORIA FEMINISTA E MOVIMENTOS DE MULHERES RURAIS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL

Desde uma ótica feminista, a abordagem pós-colonial tem direcionado a sua crítica as concepções feministas dominantes<sup>7</sup>, acusando-as de inserir as mulheres no projeto universalista, criado pelas brancas do primeiro mundo, que integrado pela perspectiva de gênero (Castillo, 2008), em seu sentido vulgar, tende a interpretar a realidade das mulheres do terceiro mundo à luz da elite, branca e letrada do norte. Tal abordagem parte do entendimento de que estas concepções não alcançam as realidades das mulheres do Sul, do Oriente, do Terceiro Mundo, sendo assim incapazes de questionar a condição de inferioridade imposta a estas mulheres no contexto geopolítico (Galindo, 2015).

Com isso, vem se estabelecendo, além de uma crítica teórica, um movimento de ruptura, que busca reposicionar, em condições de igualdade, as mulheres no globo. Assim, para além do espaço da academia, são críticas forjadas nas experiências dos próprios movimentos de mulheres, daí derivando o feminismo negro, chicano, indígena, afro-latino e outras tantas denominações (Curiel, 2007). Trata-se, pois, de uma perspectiva feminista que procura estabelecer leituras que partam do local (saberes locais), tendo em vista a sua imbricação e relevância para a compreensão da sociedade global (Galindo, 2015).

No Brasil, os movimentos de mulheres têm falado na construção de um feminismo rural (Marcha das Margaridas) ou de um feminismo camponês (Movimento de Mulheres Camponesas-MMC). Independentemente das divergências que, porventura, esses movimentos possam apresentar, os feminismos por eles esboçados têm se contraposto ao feminismo hegemônico pelo menos em três perspectivas:

(1). Através de suas reivindicações eles têm propostos mudanças que podem ser entendidas tanto como econômico-estruturais quanto simbólico-culturais (Scherer-Warren, 1993). Es-

<sup>7</sup> Denominados de diferentes maneiras por algumas estudiosas: “feminismos do norte” (Bidaseca, 2014), “feminismo ocidental ou feminismo hegemônico do ocidente” (Mohanty, 2008), “feminismo acadêmicos” (Castillo, 2008), “feminismo dominante” (Navaz, 2008), entre outros.

tas mudanças contribuem na formação de novos sistemas de valores e constituem-se como força de pressão ao sistema institucional e aos padrões dominantes, contrários aos princípios éticos que compartilham, como, por exemplo, o combate à fome, à miséria e à violência, ou ideais de justiça, autonomia, igualdade e liberdade, o respeito a natureza, a agroecologia. Nessa perspectiva, as demandas apresentadas pelas mulheres desses movimentos incluem tanto o reconhecimento cultural, o reconhecimento da diferença, quanto a redistribuição econômica e responde, de certa forma, os dilemas postos por Fraser (2004), ao discutir a noção de justiça (Aguiar, 2015). A luta por reconhecimento visa eliminar barreiras culturais e valorativas numa determinada sociedade para a constituição de sujeitos em suas singularidades, enquanto que a luta por redistribuição visa superar a exploração de classe requerendo uma reestruturação da economia política para alterar a distribuição de custos e benefícios sociais. Esses movimentos têm denunciado tanto a injustiça socioeconômica, enraizada na estrutura político econômica da sociedade, quanto a injustiça cultural ou simbólica, arraigada a padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, e mostra que, no cotidiano daquelas mulheres, cultura, economia e política estão imbricados, de modo que, no clamor por justiça, estão implicadas demandas por redistribuição e reconhecimento (Fraser, 2004).

(2). Através das suas reivindicações é possível perceber que as mulheres rompem com a dicotomia trabalho produtivo x trabalho reprodutivo. Elas demandam o reconhecimento do trabalho que realizam e querem ser vistas como parte importante no desenvolvimento das atividades produtivas, como relevantes para a reprodução e sustentação da família, que passa pela geração de renda, pela produção de alimentos, mas também pelo trabalho de cuidados.

(3). Sua crítica se estende ainda ao binarismo de gênero construído pelo feminismo hegemônico que opõe cultura x natureza e gênero x sexo, ao afirmar a relação mulher(gênero)/natureza não como de oposição, mas como de interação. Tal binarismo impõe um molde que não consegue refletir as vivências das mulheres rurais, uma vez que elas são ao mesmo tempo produção e reprodução, cultura e natureza. Paulilo (2010), ao estudar o MMC, observa que as ideias difundidas por este movimento atuam sobre a recomposição da própria noção de natureza e de mulher vigente em nossa sociedade. Se o racionalismo científico entende o natural como inferior, o Movimento de Mulheres Camponesas o reconhece como algo superior, de modo que estando as mulheres integradas à natureza, estas condições elevam-nas, ao invés de inferiorizá-las. Nas palavras de Paulilo (2010, p. 934):

Comparando as visões de natureza dos filósofos que consideram a mulher inferior ao homem por estar mais próxima do mundo ‘animal’ ou ‘selvagem’, enfim, do mundo ‘instintivo’, e a concepção religiosa da natureza que defendem as agricultoras, percebe-se, claramente, a razão da diferença. Se para os primeiros aproximar-se do mundo não humano é ‘inferiorizar-se’, para as segundas é ‘eivar-se’, aproximando-se da perfeição da natureza enquanto obra de Deus. Não é só a visão de mulher que muda, mas também a de natureza (...).

Por fim, é importante ressaltar que o desafio que se coloca para nós pesquisadoras/pesquisadores das mulheres, do mundo rural, das questões de gênero, que adotam uma perspectiva feminista é promover deslocamentos epistemológicos que permitam a construção de novas unidades de análise, romper com o efeito colonizador das teorias dominantes e construir novas teorias críticas a partir dos feminismos que tem brotado das hortas, das florestas, das águas, dos grotões, das marés, dos fundos de pastos, dos quilombos.

Recebido em: 07/06/2017

Aprovado em: 10/10/2017

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Vilênia V. P. *Somos todas Margaridas: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 521f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015.
- AGUIAR, Vilênia; STROPASOLAS, Valmir. As problemáticas de gênero e geração nas comunidades rurais de Santa Catarina. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). *Gênero e Geração em Contextos Rurais*, Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010. p. 157-181.
- ALMEIDA, Mauro William Barbosa de. Redescobrimo a família rural brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986. Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_01/rbcs01\\_06.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_01/rbcs01_06.htm)>. Acesso em: 29 de set. 2017.
- BORDALO, C. A. *Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco*. 158 f. Dissertação de Mestrado (Curso de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Rio de Janeiro, UFRJ, Rio, 2011.
- BIDASECA, K. Cartografias descoloniales de los feminismos del sur. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, Brasil: UFSC, Vol. 22 (2), 585-591, 2014.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 26, p. 329-376, 2006.
- CARRASCO, C. “La economía feminista: una apuesta por otra economía”. In: VARA, Maria Jesús (coord.). *Estudios sobre género y economía*, Madrid: Akal, págs. 43-62, 2016. Disponível em: <<http://obela.org/system/files/CarrascoC.pdf>>. Acesso em 29 de set. de 2017.
- CASTILLO, R. A. H. De feminismos y poscolonialismos: reflexiones desde el Sur del Río Bravo. In: NAVEZ, L. S. y CASTILLO, R. A. H. (Ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*. Editorial Cátedra; Madrid, España, 2008.
- CAPPELLIN, Paola Giuliani. Trabalhadoras rurais e aspirações feministas: um diálogo em curso. In: SILVA, Eliane Moura et al. *Camuflagem e transparência: as mulheres no sindicalismo*. Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora. CUT. São Paulo: 1990. p. 17-20, 1990.
- CHAYANOV, A. V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1974. (Primeira edição, Moscou, 1925.)
- CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas*, n. 26 (Abril). Colombia: Universidad Central, 92-101, 2007.
- DE LAURETIS, Tereza. *Alice doesn't: feminism, semiotics, cinema*. Indiana: University Press, 1984.
- FRASER, Nancy. De la redistribution a la reconnaissance? Les dilemmes de la justice dans une ère ‘Post-socialiste’. En: COLLIN, Françoise; DEUTSCHER, Pénélope (Orgs.). *Repenser le politique: l'apport du féminisme*. Paris: Campagne Première, 2004.
- GARCIA JR., Afrânio R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GALINDO, Eryka Danyelle S. Mulheres rurais e feminismos pós-coloniais: será esta uma aproximação possível? *Anais do XXX Congresso ALAS*, Costa Rica, 2015.
- HEREDIA, Beatriz Maria A. *A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- HERRERA, Karolyna M.; BIROCHE, Rene. Uma releitura das organizações produtivas de mulheres rurais através da teoria da reciprocidade. *Revista Temas de Administração Pública* v. 9, n. 1, São Paulo, UNESP, 2014.
- MAIA, Cláudia de Jesus. “Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha. Dissertação de mestrado. 2000. 193 Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Viçosa-MG, 2000.

- AGUIAR, Vilênia V.P. *SOMOS TODAS MARGARIDAS: um estudo sobre o processo de constituição das mulheres do campo e da floresta como sujeito político*. 2015. 521 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2015.
- MOHANTY, C. T. *Bajo los Ojos de Occidente: Feminismo Académico y Discursos Coloniales*. En: NAVAZ, L. S., y CASTILLO, R. A. H. (Ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, Madrid, España: Editorial Cátedra, 2008.
- NAVAZ, L. S. *Colonialismo, gobernabilidad y feminismos poscoloniales*. En: NAVAZ, L. S., y CASTILLO, R. A. H. (Ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, Madrid, España: Editorial Cátedra, 2008.
- FUKUI, Lia F. G. *Sertão e Bairro Rural: Parentesco e Família entre Sitiantes Tradicionais*. São Paulo, Ed. ática, 1979.
- DURHAM, E. R. *A caminho da cidade - a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.
- MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa; CARDOSO, Elisabeth. *Agroecologia, Trabalho e Mulheres: um olhar a partir da economia feminista*. *Anais do 18º REDOR*, 2014, Recife-PE. Disponível em: <file:///C:/Users/Inspiron%2013/Downloads/1955-4760-1-PB.pdf>. Acesso em 01 de out. 2017.
- MARTINS, José de Souza. “As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade–campo”. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MINTZ, Sidney W. *Encontrando Taso, me descobrindo*. *Revista de Ciências Sociais*, v. 27, n. 1, p. 45-58, 1984.
- PAULILO, Maria Ignéz. *Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo*. In: *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 3, set./dez. 2010.
- PAULILO, Maria Ignéz S. *Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abril 2004.
- PAULILO, Maria Ignéz S. *O peso do trabalho leve*. *Revista Ciência Hoje*, v. 5, n. 28, p. 64-70. Rio de Janeiro: SBPC, 1987
- PIMENTA, Sara Deolinda. *Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural*. 2012. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais. UFMG, 2012.
- POLANYI, K. *A Grande Transformação. As Origens de Nossa Época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, 2 ed. p. 229-252.
- SCOTT, Joan. *Experiência*. In: SILVA, Alcione Leite da et al (org.). *Falas de Gênero*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres, 1999.
- SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O Valor (do) Casamento na Agricultura Familiar*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. São Paulo: Paz e Terra, 1992
- THOMPSON, Edward. P. *A formação da classe operária inglesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Vol. 1.
- WOORTMANN, E. *Herdeiros parentes e compadre: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo: Hucitec, 1995. 336 p.